

Ata n.º 24/2024

Reunião de Câmara realizada em 18 de novembro de 2024

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, da Senhora Vice-Presidente, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira e dos Senhores Vereadores, João António Martins dos Santos, Ricardo Emanuel Soares Fernandes, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Paula Dias Neves Sançana e Alcindo José Gonçalves Quaresma. -----

Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos.-----

1 - Período antes da Ordem do Dia-----

O Senhor Vereador Victor Carvalho usou da palavra para dizer, citando, que uma empresa intermunicipal que durante três anos consecutivos dê prejuízo corre o risco de se ver obrigada à sua dissolução, referindo-se à APIN, destacando o seu passivo. Prosseguiu, dizendo que conseguiu fazê-lo em 2022, conseguiu fazê-lo em 2023 e vamos ver o que nos vai apresentar no próximo ano. Esta preocupação adensa-se após ter lido algumas palavras ditas pelo atual Presidente da APIN, o Sr. Presidente João Miguel Henriques, questionando se, como forma de contrapor esta tendência desastrosa nas contas da APIN, teremos de voltar a penalizar os consumidores, subindo os tarifários. E aqui fez um parêntesis, dizendo ao Sr. Presidente, que “fomos todos enganados, autarcas, consumidores, populações, quando entendemos que este seria o caminho... eu próprio o entendi e hoje sinto que fui enganado, começando logo por dizer que esta solução seria aquela que nos iria permitir fazer obra em todas as infraestruturas de abastecimento de água e, dessa forma, reduzir as perdas que significariam, sensivelmente, vamos falar em números redondos, 40 ou 50%. Ora, essas obras de serviço prestado à população, não sei se andam ao melhor ritmo ou a um ritmo muito mais elevado do que andariam quando os serviços

ne
D

estavam no próprio município da Lousã.” Continuou, dizendo pensar que o município da Lousã prestaria um serviço melhor às populações do que a APIN. Retomando a ideia inicial, disse “Se estamos perante o que eu acredito que vai acontecer em 2024, que será um novo descalabro na gestão desta empresa intermunicipal, se temos o presidente desta empresa intermunicipal a dizer que a solução é subir o preço, pergunto-lhe, se temos também mais de três anos consecutivos com resultados negativos, será que não está na altura da empresa APIN ter outro rumo, ter outro futuro, ver-se agregada numa outra empresa de maior dimensão e acabar com isto? Sr. Presidente, se tiver alguma informação sobre este tema, muito agradeceria a sua partilha.” De seguida, referiu outros dois temas, um em matéria de trânsito, perguntando “se temos alguma evolução, se temos algum estudo a ser elaborado, de forma a minimizar transtornos que se sentem diariamente em algumas artérias da Lousã”. E em segundo lugar, demonstrando preocupação sobre o cruzamento para a 1^o de Dezembro pois quando vier o metro, teme que esse também seja um dos cruzamentos que vá dar alguns problemas. Concluiu, dizendo que dado que a obra agora também está atrasada, perguntando “se estamos a aproveitar este tempo de graça que nos deram para perceber o que ali poderemos, entretanto, fazer para melhorar constrangimentos futuros”. -----

A Senhora Vice-Presidente usou da palavra para referir a inauguração oficial do Teatro Municipal da Lousã e o significado que este tem para a comunidade, saudando todas as equipas que permitiram que tal acontecesse, e sobretudo, visando o Sr. Presidente relativamente à forma como em todo o processo as escolhas foram feitas e como também se conseguiu controlar as dificuldades que enfrentámos, dizendo que o resultado está à vista e que é de facto um dos equipamentos que tem vida, e tal como as escolas e os equipamentos desportivos, é também um equipamento chave naquilo que é o desenvolvimento integral da comunidade, em todas as idades, e um contributo extraordinário para o concelho. -----

O Senhor Vereador João Santos usou da palavra para destacar a inauguração dos dois Espaços Cidadão em Vilarinho e nas Gândaras, dizendo que são serviços de aproximação ao munícipe, permitindo prestar um serviço mais direto, mais próximo e mais solidário, afirmando que serão dois locais bastante utilizados pelos fregueses. Prosseguiu, deixando uma palavra também ao ACP (Automóvel Clube de Portugal)

que mais uma vez escolheu a Lousã para organizar um evento de grande dimensão nacional, neste caso o Rally Histórico “D. Carlos”, que partiu do Concelho, no passado dia 16 de novembro, e também uma palavra ao Montanha Clube, que mais uma vez organizou o torneio de Judo “Raposinho” no dia 17 e que teve o pavilhão completamente lotado nesta realização. Relativamente aos estudos de trânsito, em algumas situações específicas, disse estar a ser feito algum trabalho de procura de soluções, através de estudos internos. Relativamente à APIN disse não partilhar do entendimento de que “fomos todos enganados” e disse, relativamente ao afirmado anteriormente, citando: “isso é uma opinião sua, não fomos todos enganados, sabíamos as dificuldades do processo, efetivamente é um processo difícil... relativamente ao investimento, só deixar nota que não correu tudo como se previa mas o Concelho da Lousã foi o Concelho em que houve mais investimento, alinhadamente com a ativação de várias redes e com investimentos em várias zonas”. -----

O Senhor Vereador Ricardo Fernandes interveio para, primeiro, saudar os Baldios de Vilarinho, pela realização de uma caminhada que mereceu forte adesão por parte da comunidade, dizendo que é sempre de saudar quando se tenta aproximar a comunidade àquilo que é o espaço rural, salientando aquilo que tem sido o bom trabalho efetuado por esta entidade, muitas vezes em colaboração com a Autarquia. Prosseguiu, dando nota também da realização, na passada quinta-feira, do encontro anual dos Balcões Bupi, ao nível da CIM-RC, dizendo que, mais uma vez, foi destacado o bom trabalho por parte desta estrutura também ao nível municipal e que fomos agraciados com um galardão, dando nota igualmente que estamos num processo de ser agraciados ao nível do encontro nacional de Bupi, que se vai realizar no próximo dia 28 em Coimbra. Concluiu, dizendo que este foi e continua a ser um investimento por parte da Autarquia, naquilo que é uma das maiores necessidades para ultrapassar as dificuldades que existem ao nível do território rústico, afirmando que é preciso conhecer o território para o poder gerir melhor. -----

O Senhor Presidente usou da palavra para, além do que foi referido, dar nota ao executivo de algumas situações, nomeadamente no que tem a ver com alguma complexidade em termos de tramitação e da própria aprovação, de projetos no âmbito do PRR e particularmente, no que diz respeito à habitação. Prosseguiu, dando



nota da abertura da Casa da Lagartixa, salientando a importância da concretização deste objetivo por si só, mas também naquilo que diz respeito à valorização da oferta cultural e também à função que aquele espaço terá relativamente à rede de equipamentos culturais que neste momento dispomos no Concelho e, portanto, do trabalho articulado e da oferta diferenciada que ali será possível também concretizar, salientando esse investimento não só na dimensão financeira, mas em tudo aquilo que representa e naquilo que significou em termos de trabalho da estrutura da Autarquia. Relativamente à APIN, numa primeira nota, conforme dito anteriormente, disse que a pior coisa que se pode fazer é ter uma discussão ou uma abordagem a esta temática, olhando só às circunstâncias e aos momentos e, nomeadamente, no ano que está a entrar, fazer discussões sobre estas temáticas com pendor especificamente eleitoral. Depois, numa segunda nota, referiu que sempre foi dito que o processo da APIN era um processo difícil e, portanto, nesse sentido, não houve engano nenhum, pois sempre foi dito que a constituição de uma empresa desta natureza, com estas características nas diferentes vertentes, era um processo exigente, sendo que o caminho se tornou mais difícil devido a vários factos. Um primeiro facto foi que a empresa foi confrontada logo nos primeiros meses do seu funcionamento com a pandemia, e quase simultaneamente, foi confrontada com outra situação que foi a decisão do município de Penacova - que todos conhecemos, com as questões inerentes a esse processo e tudo aquilo que impactou negativamente. Também do conhecimento de todos e que é uma situação que impacta negativamente a APIN, que deveria ter sido corrigida pelo Estado português já há uns anos atrás e que infelizmente continua a não ser corrigida e que tem a ver com o regime de IVA que as empresas intermunicipais têm e, neste caso, sendo uma empresa intermunicipal unicamente detida por municípios, devia ter o mesmo regime de IVA dos municípios e não tem, totalizando, nestes últimos três anos, no que diz respeito à concretização do plano de investimentos, 7 milhões de euros que a APIN teve que suportar injustamente e que é um montante muito expressivo. Continuou, dizendo que todos sabemos que a APIN concretizou um robusto plano de investimentos aprovado no âmbito do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos mais conhecido como POSEUR, na ordem dos 40 milhões de euros de investimento, ressaltando que para a



concretização desse investimento a APIN teve que ter meios próprios face à média, grosso modo, na ordem dos 70% de financiamento por fundos comunitários e portanto há sempre os 30% no mínimo que a dona da obra, neste caso a APIN, tem que suportar. Mais disse que, se somarmos a isso – as questões inerentes decorrentes da própria pandemia que todos conhecemos, com o crescimento dos preços e outras consequências, há um investimento adicional que é conhecido, e que por exemplo nas Autarquias também acontece, de um crescimento de custos na ordem dos 30% para a execução das obras – bem como outras subidas que conhecemos também e que são inerentes ao funcionamento das instituições e das entidades empresariais, para além de que, só nestes últimos anos há um fator que impactou também com muito significado, o funcionamento e a gestão financeira da APIN, e que tem a ver com o crescimento da taxa de gestão de resíduos. Portanto, sendo estes alguns fatores que de facto, prejudicaram a caminhada e que levam a que a APIN tenha a situação financeira que é conhecida e que nunca foi escamoteada e que foi devidamente apresentada, inclusive em sede de Assembleia Municipal. Concluiu, dizendo que a subida dos tarifários não tem em vista fazer face às dificuldades, mas sim é decorrente das questões que são estipuladas, referindo ainda uma notícia do JN sobre a ERSAR, que enquanto entidade reguladora, impõe que os tarifários destes serviços subam drasticamente e com especial significado nos Concelhos do Interior e portanto sendo esta a realidade dos factos. Disse ainda que, como é de conhecimento de todos, em 2020 a APIN reduziu quase 50% do tarifário que estava previsto e que se manteve até 2023 e portanto, a perspetiva da receita que estava fixada com base no tarifário que estava aprovado e que iria entrar em vigor foi também bastante prejudicada por essa redução do tarifário, que esteve prevista só para vigorar em 2020 e que depois estendeu-se a 2021, 2022 e que só teve a atualização tarifária em 2023 e portanto esse também é um elemento que importa ter em conta. Sobre a questão do investimento, em particular no município da Lousã, estamos a falar de entre 4 e 5 milhões de euros, incluindo o investimento na eficiência hídrica – eventualmente não tão visível como são outros tipos de investimentos mas que é um trabalho importante e que já significa alguma recuperação, face aos anteriores cerca de 50% de perdas, e que neste momento teremos recuperado 14-15% já fruto desse investimento, e portanto andaremos nos

34-35% de perdas, sendo este um processo para continuar. Relativamente ao facto de a APIN procurar soluções para a sua situação, disse que estão a ser devidamente trabalhadas e serão devidamente apresentadas em tempo oportuno e de forma a não serem prejudicadas pelo ano em que vamos agora entrar, de eleições autárquicas em 2025. Por fim, sobre o resultado líquido negativo, disse que essa é uma questão que está fixada e que tem sido excecionada e que de facto tendo em conta a especificidade do funcionamento destas empresas, e que não é só da APIN, mencionando ainda o acompanhamento do próprio Ministério do Ambiente, que está também a acompanhar o funcionamento e o desenvolvimento da APIN e de outras entidades intermunicipais congéneres. Por fim, relativamente ao trânsito e ao ponto específico mencionado, que tem a ver com a implementação do sistema de mobilidade do Mondego, é uma situação que já há algum tempo está identificada e verificadas as afinações necessárias. Relativamente a outras situações, também disse que existe um estudo de trânsito, que apesar de já ter algum tempo, em muitas das questões que têm sido levantadas se mantém atual e noutras precisará das atualizações e das afinações inerentes à evolução das questões, sendo que face a algumas das questões mencionadas, informou que está já solicitado aos serviços técnicos da autarquia, o desenvolvimento e a pormenorização das possíveis soluções inerentes às mesmas. -----

O Senhor Vereador **Victor Carvalho** interveio apenas para reforçar que a sua intervenção relativamente à APIN não era eleitoralista, inclusive já tendo falado no assunto há mais de um ano atrás, uma vez que, nos termos da legislação, qualquer empresa municipal que, durante três anos consecutivos, apresente prejuízo só tem duas soluções, ou apresenta um plano de recuperação e ele é aprovado ou então é excecionado, tendo o Senhor **Presidente** respondido que é essa a situação, a exemplo de anos anteriores, pois será excecionada e, portanto, não haverá esta implicação, uma vez que a lei prevê essa possibilidade. O Senhor **Presidente** concluiu, dando conhecimento de que a partir do dia da realização desta reunião, a Unidade de Cuidados de Saúde em Proximidade da Lousã passará a ter a designação “USF – Aldeias do Xisto – Modelo B” e ainda que será convocada uma Reunião de Câmara Extraordinária, tendo em vista a aprovação do Orçamento Municipal para 2025 e documentos associados, a realizar-se 29.11.2024. -----

2 - Ordem do Dia -----

2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 4 de novembro de 2024. -----

Colocada à votação, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da Reunião de Câmara realizada no dia quatro de novembro de dois mil e vinte e quatro. Não participou da votação o Senhor Vereador Victor Carvalho, por não ter estado presente na reunião a que a ata é referente. -----

2.2 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara: -----

2.2.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de um apoio sob a forma de cedência de materiais à Associação Cultural e Recreativa de Ceira dos Vales. -----

Presente Proposta do Presidente da Câmara datada de 24.10.2024. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a atribuição de um apoio, sob a forma de cedência de materiais, à Associação Cultural e Recreativa de Ceira dos Vales, no valor de 88,00€ destinado à requalificação de um muro na zona exterior do seu edifício sede. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 1 (um)). -----

2.2.2 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de apoio financeiro à Comissão de Melhoramentos de Vale de Nogueira, no montante de 1.500,00 €, para prossecução dos seus fins. -----

Presente Proposta do Presidente da Câmara datada de 13.11.2024. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a atribuição de um apoio financeiro, à Comissão de Melhoramentos de Vale de Nogueira, no montante de 1.500,00 €, para prossecução dos seus fins. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 2 (dois)). -----

2.2.3 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação do seu despacho de 05.11.2024, a autorizar a abertura de procedimento concursal para recrutamento de 1 assistente operacional a afetar à Unidade de Educação. -----

Presente Informação Técnica nº 19272 (MGD) e respetivo Relatório de movimentos. A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara, de 05.11.2024, relativo à autorização da abertura de procedimento concursal para recrutamento de 1 assistente operacional a afetar à Unidade de Educação. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 3 (três)). -----

2.2.4 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a abertura de procedimento concursal para recrutamento de dirigente de 3º grau – Chefe de Unidade – para a Unidade Administrativa da Divisão de Administração e Finanças. -----

Presente Informação Técnica nº 20365 (MGD) e respetivo Relatório de movimentos.

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três abstenções do PSD, deliberou aprovar a abertura de procedimento concursal para recrutamento de dirigente de 3º grau – Chefe de Unidade – para a Unidade Administrativa da Divisão de Administração e Finanças. As deliberações foram aprovadas em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 4 (quatro)). -----

2.2.5 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a abertura de procedimento concursal para recrutamento de cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão – para a Divisão de Planeamento Urbanístico e Regeneração Urbana. ---

Presente Informação Técnica nº 20366 (MGD) e respetivo Relatório de movimentos.

O Senhor Vereador **Victor Carvalho** interveio apenas para questionar se a anterior dirigente se encontra ausente e por que motivo, tendo o **Senhor Presidente** respondido que se encontra de baixa médica e que o presente procedimento surge no seguimento da cessação, por termo do prazo, da comissão de serviço anterior.-

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três abstenções do PSD, deliberou aprovar a abertura de procedimento concursal para recrutamento de cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão – para a Divisão de Planeamento Urbanístico e Regeneração Urbana. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 5 (cinco)).



2.2.6 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, relativo ao ano de 2023. -----

Presente Informação Técnica nº 3678 (MGD) e respetivo Relatório de movimentos. A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, relativo ao ano de 2023, nos termos propostos. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 6 (seis)). -----

2.2.7 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a autorização de abertura de procedimento de contratação pública – concurso público – “Aquisição de serviços para a contratação de apólices de seguros, diretamente a seguradora”. -----

Presente Informação Técnica s/n do Serviço de Contratação Pública e Gestão de Stocks da Divisão de Administração e Finanças. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a autorização prévia de abertura de procedimento de contratação pública e respetivas peças nos termos propostos – Concurso Público nº 13/24 – “Aquisição de serviços para a contratação de apólices de seguros, diretamente a seguradora”. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 7 (sete)). -----

2.2.8 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 310341671. -----

Presente Informação Técnica nº 20240 (MGD) e respetivo Relatório de movimentos. O Senhor Vereador **Victor Carvalho** interveio apenas para referenciar que a documentação não contém informação acerca da identificação das pessoas, tendo o **Senhor Presidente** explicitado que, conforme estipulado, da informação técnica que atesta a verificação e cumprimento dos requisitos para a atribuição da tarifa, consta apenas o NIF dos requerentes, sendo possível verificar junto dos anexos, por exemplo, o registo de entrada do pedido. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de



abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 310341671. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 8 (oito)). -----

2.2.9 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 117847470. ----

Presente Informação Técnica nº 20297 (MGD) e respetivo Relatório de movimentos. A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 117847470. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 9 (nove)). -----

2.2.10 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 130728110. ----

Presente Informação Técnica nº 20303 (MGD) e respetivo Relatório de movimentos. A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 130728110. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 10 (dez)). -----

2.2.11 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 189121408. ----

Presente Informação Técnica nº 20305 (MGD) e respetivo Relatório de movimentos. A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 189121408. Documento que se dá por



integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 11 (onze)). -----

2.3 – Propostas do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente: –

2.3.1- O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a anulação de parte do apoio financeiro atribuído à ADSCCL – Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares, no âmbito da candidatura apresentada ao programa Renovação de Aldeias – Operação 10.2.1.6 PDR 2020/Dueceira – “Escola com Vida – Laboratório colaborativo e comunitário de empreendedorismos e inovação social” por deliberação da Câmara Municipal de 18.09.2023, retificado na reunião de Câmara Municipal de 06.11.2023. -----

Presente Informação Técnica n.º 20315 (MGD), anexos e respetivo Relatório de movimentos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a anulação de parte (28.433,24€) do apoio financeiro atribuído por deliberação da Câmara Municipal de 18.09.2023, na sua versão retificada em 06.11.2023, à ADSCCL – Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares, no âmbito da candidatura apresentada ao programa Renovação de Aldeias – Operação 10.2.1.6 PDR 2020/Dueceira – “Escola com Vida – Laboratório colaborativo e comunitário de empreendedorismo e inovação social”. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 12 (doze)). -----

2.3.2 – O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição de um apoio financeiro à Associação de Convívio e Melhoramentos do Candal, no montante de 2.500,00€, destinada a apoiar a iniciativa “Natal no Candal”. -----

Presente Proposta do Presidente da Câmara e Vice-Presidente datada de 13.11.2024. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta – não tendo participado da discussão e votação o Senhor Vereador Alcindo Quaresma – deliberou aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Associação de Convívio e Melhoramentos do Candal, no montante de 2.500,00€, destinado a apoiar a iniciativa

“Natal no Candal”. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 13 (treze)). -----

2.4 – Propostas do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador João Santos:

2.4.1 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um voto de reconhecimento às atletas da Secção de Judo do Montanha Clube, Maria Inês Cortês e Lia Margarida Vaz Dias, pelos resultados obtidos no “XXIII Torneio Internacional de Avilés”, que decorreu nos dias 26 e 27 de outubro em Avilés – Astúrias. -----

Presente Proposta do Presidente da Câmara e Vereador João Santos, subscrita por todos os elementos do órgão executivo. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a atribuição de um voto de reconhecimento às atletas da Secção de Judo do Montanha Clube, Maria Inês Cortês e Lia Margarida Vaz Dias, pelos resultados obtidos no “XXIII Torneio Internacional de Avilés”, que decorreu nos dias 26 e 27 de outubro em Avilés – Astúrias. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 14 (catorze)). -----

2.4.2 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um voto de reconhecimento ao atleta Lousanense, Francisco Gonçalves, do CABRIL – Clube Academia de Badminton Regional e Inclusiva da Lousã – Serpins, que se sagrou Campeão Nacional de Não Seniores na época desportiva 2024, no escalão Sub 17 Masculino e na categoria de Par Homem (par formado por Francisco Gonçalves e Francisco Jones) e aos atletas Lousanenses, Ricardo Gonçalves e Gustavo Rodrigues (Escalão Sub 19 Masculino e Categoria de Par Homem) e de Cândida Cabecinha (Escalão Sub 19 Feminino e Categoria de Par Senhora – par formado pela Cândida Cabecinha e Beatriz Sacramento) que alcançaram o 3.º Lugar no referido Campeonato. -----

Presente Proposta do Presidente da Câmara e Vereador João Santos, subscrita por todos os elementos do órgão executivo. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a atribuição de um voto de reconhecimento ao atleta Lousanense, Francisco Gonçalves, do CABRIL – Clube Academia de Badminton Regional e Inclusiva da



Lousã – Serpins, que se sagrou Campeão Nacional de Não Seniores na época desportiva 2024, no escalão Sub 17 Masculino e na categoria de Par Homem (par formado por Francisco Gonçalves e Francisco Jones) e aos atletas Lousanenses, Ricardo Gonçalves e Gustavo Rodrigues (Escalão Sub 19 Masculino e Categoria de Par Homem) e de Cândida Cabecinha (Escalão Sub 19 Feminino e Categoria de Par Senhora – par formado pela Cândida Cabecinha e Beatriz Sacramento) que alcançaram o 3.º Lugar no referido Campeonato. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 15 (quinze)). -----

2.4.3 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um voto de reconhecimento a Luana Rodrigues (Escalão de Sub 11, singular Feminino) e a Leonor Filipe (Escalão de Sub 13, singular Feminino) que se sagraram Campeãs Zona Centro na época desportiva 2024, na modalidade de Badminton. -----

Presente Proposta do Presidente da Câmara e Vereador João Santos, subscrita por todos os elementos do órgão executivo. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a atribuição de um voto de reconhecimento a Luana Rodrigues (Escalão de Sub 11, singular Feminino) e a Leonor Filipe (Escalão de Sub 13, singular Feminino) que se sagraram Campeãs Zona Centro na época desportiva 2024, na modalidade de Badminton. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 16 (dezasseis)). -----

2.4.4 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a apreciação e votação do Plano Municipal de Ação Climática – PMAC Lousã. -----

Presente Informação Técnica nº 18436 (MGD), anexos e respetivo Relatório de movimentos. -----

A Senhora Vereadora **Ana Paula Sançana** usou da palavra para dizer que relativamente a este plano, o vê com bons olhos, pois inclusive no primeiro ano do mandato, fez uma questão relativamente a esta situação, pois sabia que em vários municípios do país, já estava a decorrer este trabalho – tal como foi respondido e bem, que seria um trabalho articulado entre a CIM e vários municípios, o que concorda pois, de facto, não vivemos isolados e as alterações climáticas não



acontecem só no concelho vizinho, relembrando a situação que aconteceu recentemente em Valência, que veio dar mais uma prova que os eventos climáticos extremos, não acontecem só nos países longínquos, e acontecem aqui, mesmo ao nosso lado, aos nossos irmãos. Prosseguiu, dizendo que para além deste plano faria sentido também acompanhar com um plano para a sustentabilidade, uma vez que estas duas questões são muito interligadas e se não fomentarmos também a sustentabilidade dos vários setores da economia, com várias medidas, a questão das alterações climáticas acaba por ser muito isolada e não ter as consequências que nós desejamos. Seguidamente, referiu ter uma outra questão para perguntar, sobre quais as consequências que advêm para os municípios pela não implementação do plano, porque, por exemplo, tudo o que é decidido agora na COP29 não é vinculativo, ou é vinculativo, mas não há penalizações para os países que não cumprem, dizendo, ou seja, isto no fundo, como se dizia antigamente, “não passam de piedade e intenções” muitas das vezes. E portanto, diz que acha que estas coisas têm de ter consequência, tem de facto que haver uma responsabilização séria. Depois, e para terminar, refere uma pequena questão com a qual não concordou - admitindo que provavelmente terá um chapéu científico e técnico - pois uma das questões que foi identificada no documento tinha a ver com a proliferação de espécies invasoras lenhosas, dizendo que considera que as alterações climáticas acabam por trazer um desequilíbrio completo, não só a nível da flora como da fauna. Concluiu, referindo que nos estamos a aproximar do inverno, mencionando um dado evidenciado no plano, e que é um bocadinho assustador perceber que 20,8% das pessoas em Portugal não conseguem aquecer a sua casa apropriadamente, sendo que somos o país com a maior percentagem da União Europeia, manifestando preocupação pelo facto de um valor que tinha descido ir provavelmente aumentar. Terminou anunciando que o sentido de voto será favorável. -----

O Senhor Vereador **João Santos** começou por evidenciar a importância do plano, já mencionada anteriormente, dizendo que este é um documento que já havia sido presente em reunião de câmara anterior, e portanto já teve auscultação pública e teve quatro contributos, que depois da análise técnica - municipal e dos consultores da CIM, entendeu-se que, efetivamente, fazia sentido incluir. Relativamente ao cruzamento entre planos, disse que sim, não faz sentido ter um plano isolado e que



estes planos cruzam com outros projetos e outros planos, nomeadamente europeus, mas também outros, até de investimento, como é exemplo o PAPERSU, nos quais também estamos a trabalhar. Continuou dizendo que já há algumas penalizações que não são tão objetivas, mas, por exemplo, relativamente a determinados financiamentos, os municípios que não tiverem o plano municipal aprovado já não podem apresentar candidaturas. Relativamente à questão da pobreza energética e os referidos 20,8% disse concordar plenamente, e que é grave, porém o sentido que foi dado, ainda esta semana, com a alteração à lei pelo novo Governo é precisamente o contrário, ou seja, as medidas não são tão abrangentes, não serão tão inclusivas, nomeadamente, quanto à medida de apoio para projetos de substituição de janelas e colocação de painéis. Referiu que tudo o que estava no Fundo Ambiental poderia não estar bem e que se estava a acumular porque estavam muitos processos para analisar mas que relativamente a esta alteração não parece que seja o caminho correto, pois vai restringir muito mais esta mudança e vai limitar muito mais a gestão social de cada pessoa, e vai fazer com que este processo, ainda atrase mais, nesta percentagem, que até poderia, por estas medidas, se calhar, ser diluída de uma forma mais rápida. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou submeter o Plano Municipal de Ação Climática – PMAC Lousã à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 17 (dezassete)). -----

2.5 – Propostas da Senhora Vice-Presidente: -----

2.5.1 – A Senhora Vice-Presidente propõe à Câmara Municipal a emissão de parecer sobre proposta de escalas de turnos relativas aos horários de funcionamento das farmácias no concelho da Lousã a vigorar em 2025. -----

Presente Proposta da Vice-Presidente da Câmara datada de 11.11.2024 e anexos.-

A Senhora **Vice-Presidente** interveio para fazer um enquadramento, dizendo que na sequência do parecer emitido anteriormente pelo Executivo, as farmácias foram contactadas pelo Infarmed e tiveram que fazer um horário correspondente às escalas de atendimento de chamada permanente e, portanto, agora pedem um novo parecer relativamente à escala que recebemos. E, de acordo com o que foi a decisão também da Assembleia, como não podia ser de outra maneira, este parecer vem nessa

sequência, do posicionamento da Assembleia Municipal. Prosseguiu, dizendo que reuniu com as farmácias, que solicitaram uma reunião após terem apresentado a nova escala, e apresentaram também os seus argumentos relativamente a esta escala que agora apresentam, dizendo que, no seu ponto de vista, não vai alterar a resposta que já era dada na Lousã, que respondia cabalmente às situações, a citar, que avançam uma hora relativamente à hora de funcionamento do Centro de Saúde, de forma a poderem ainda responder a eventuais receitas que venham, de eventuais situações dos últimos atendimentos e que entendem que a resposta que vão dar agora, não altera em nada o serviço que já se fazia, porque a prestação de serviços que possam fazer tem condicionantes muito específicas, tem a ver com urgências e receitas médicas de urgência, que não corresponde à procura que existe, portanto, só vem sobrecarregar as farmácias. Conclui, dizendo que deixaram também uma nota relativamente às questões de segurança no atendimento neste regime de chamada, tendo sido ouvidos os argumentos das farmácias e sugerido que fizessem essa apresentação daquilo que é o seu parecer sobre o assunto, e que fizessem chegar essa sua posição à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Vereador **Victor Carvalho** interveio para solicitar esclarecimentos, tendo sido discutida a utilidade da alteração e determinado que o parecer ora emitido poderá ser objeto de reavaliação, mediante apresentação dos dados da utilização, pelas farmácias do concelho. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou emitir parecer favorável sobre a proposta de escalas de turnos relativas aos horários de funcionamento das farmácias no concelho da Lousã a vigorar em 2025. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 18 (dezoito)). -----

2.6 – Unidade de Florestas e Desenvolvimento Rural: -----

2.6.1 – Emissão de Parecer – Pedido de Autorização Prévia Para Ações de Rearborização | Requerente Duarte Nuno Teixeira dos Prazeres | Código de registo PR.006400.2024. -----

Presente Informação Técnica n.º 20184 (MGD), anexos e respetivo Relatório de movimentos. -----



A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou emitir parecer favorável no âmbito do Pedido de Autorização Prévia Para Ações de Rearborização | Requerente Duarte Nuno Teixeira dos Prazeres | Código de registo PR.006400.2024. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 19 (dezanove)). -----

2.7- Divisão de Obras Municipais e Ambiente: -----

2.7.1 - Empreitada n.º 24/2024 — Programa Público de Habitação a Custos Acessíveis (CIM-RC/IHRU)” (PRR) — Conceção-Construção para Construção de 2 blocos habitacionais na Av. D. Manuel I - n.º 5”. -----

Presente Informação Técnica n.º 20462 (MGD), anexos e respetivo Relatório de movimentos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade e em minuta, deliberou aprovar a abertura de procedimento de contratação e respetivas peças, no âmbito da Empreitada n.º 24/2024 — Programa Público de Habitação a Custos Acessíveis (CIM-RC/IHRU)” (PRR) — Conceção-Construção para Construção de 2 blocos habitacionais na Av. D. Manuel I - n.º 5”, nos termos propostos. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 20 (vinte)). -----

2.8 – Bombeiros Municipais: -----

2.8.1- A remeterem o Mapa de ELAC e CMA, relativo ao mês de outubro de 2024. Para ratificação. -----

Presente Informação remetida pelo Corpo de Bombeiros Municipais. -----

O Senhor Vereador **Ricardo Fernandes** usou da palavra apenas para explicitar que a informação remetida se refere à primeira quinzena do mês, encontrando-se ainda inserida no âmbito do designado Dispositivo Especial de Combate a Incêndios. ---

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho da Vice-Presidente da Câmara datado de 12.11.2024 relativo ao pagamento do Mapa de ELAC e CMA dos Bombeiros Municipais, relativo ao mês de outubro de 2024. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 21 (vinte e um)). -----

2.8.2 – A remeterem o Mapa de CMA, relativo ao mês de outubro de 2024. Para ratificação. -----

Presente Informação remetida pelo Corpo de Bombeiros Municipais. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho da Vice-Presidente da Câmara datado de 12.11.2024 relativo ao pagamento do Mapa de CMA dos Bombeiros Municipais; relativo ao mês de outubro de 2024. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 22 (vinte e dois)). -----

Aprovação da Ata em Minuta: -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta todos os pontos da ordem de trabalhos a fim de produzirem efeitos imediatos.-----

Nada mais havendo a tratar, pelas onze horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Correia Antunes, e por Margarida Fontes Correia, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

